



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0000298-26.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Bv Financeira Sa Credito Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Aeliton Marques Pinto**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 10/dezembro/2013, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos.
Nº de Ordem: 13/2012

VISTOS

BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO ajuizaram Ação **BUSCA E APREENSÃO** em face de **AELITON MARQUES PINTO**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que o requerido descumpriu o avençado no contrato nº171038049 - com garantia de alienação fiduciária, deixando de pagar três parcelas de seu financiamento, tornando-se inadimplente desde setembro de 2011. Na data do ajuizamento estavam em aberto 05 (cinco) parcelas. Pediu, liminarmente, a busca e apreensão do veículo descrito às fls.02. Por fim, que seja julgada procedente a ação, confirmando a propriedade e a posse exclusiva do bem. Juntou documentos às fls.05/18.

Deferida a liminar pleiteada pelo despacho de fls.19, houve a busca e apreensão do veículo (fls. 23).

Devidamente citado, o requerido contestou alegando, preliminarmente, a inépcia da inicial. No mérito, sustentou, em síntese, que os valores apontados pelo autor encontram-se em desconformidade com o contratado e com o admissível, pois o mesmo faz cobrança de juros, taxas e encargos exorbitantes, inviabilizando o pagamento integral da dívida. Salientou que o valor cobrado ultrapassa o valor do veículo, de modo que não bastaria a entrega ou depósito do bem, pois ainda



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

teria que assumir as importâncias remanescentes, tendo em vista tal cobrança aviltante. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls.81/82.

Pelo despacho de fls.83 as partes foram instadas à produção de provas. O requerente demonstrou desinteresse e o requerido permaneceu inerte.

É O RELATÓRIO.

DECIDO no estado em que se encontra a **LIDE** por se tratar de questão exclusivamente de direito.

A petição não é inepta. Descreve satisfatoriamente os fatos e fundamentos jurídicos, em atenção ao princípio da substanciação, permitindo o amplo exercício do direito de defesa. Tanto isso é verdade que o réu apresentou defesa fundamentada à pretensão.

O requerente vem a Juízo para, com base no contrato de alienação fiduciária regido pelo Dec-Lei 911/69, com as alterações introduzidas pela Lei 10.931/04, pleitear a consolidação da propriedade e posse do veículo especificado na inicial em virtude do inadimplemento das 03 parcelas descritas, vencidas na data do ajuizamento (fls. 03).

Conforme dispõe o contrato que segue a fls. 08/10 (cf. especificamente a cláusula 17), esse inadimplemento implicou no vencimento antecipado do total do restante das prestações (na data do ajuizamento o débito montava R\$ 10.713,38).

A inicial objetiva que o Juízo profira sentença compelindo o requerido a entregar o veículo dado em alienação fiduciária consoante as disposições do contrato supra mencionado.

O requerido assumiu o encargo de DEPOSITÁRIO do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

inanimado/bem; na avença ficou constando expressamente seu "status", bem como a responsabilidade dele decorrente (cf. cláusulas contratuais).

No mais, segundo dispõe o parágrafo 2º, do artigo 3º, do Decreto-lei nº 911/69, com alteração da Lei 10.931/04, o(a) ré(u) somente pode alegar na contestação **"o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais"**, e sendo o pedido contestado ou não **"o juiz dará sentença de plano"** (v. Restiffe Neto, Garantia Fiduciária, 2ª Ed., RT 1976, nº 114, pág. 406). Na mesma direção encontram-se a Doutrina e a Jurisprudência (cf. p. ex., Moreira Alves, Da Alienação Fiduciária em Garantia, 2ª Ed. Forense, 1979, IV, 3, págs., 164 e 169; Orlando Gomes, Alienação Fiduciária em Garantia, 4ª ed., RT 1975, nº 94, págs. 128 e 129).

Nesse sentido:

(...) O artigo 3º, parágrafo segundo do Decreto-Lei nº 911/69, estabelece que "na contestação só se poderá alegar o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais". Tal dispositivo não ofende a Constituição Federal ou o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), pois ao devedor é facultado, em ação própria, questionar o quantum cobrado (...) (TJDF – Apel. Cível nº 2002.07.1.009957-8 – Quinta Turma Cível – Rel. Des. Roberval Casemiro Belinati – j. 28/06/04).

O requerido é devedor confesso e o não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica no vencimento antecipado pela totalidade do débito (Decreto-lei nº 911/69, atualizado pela Lei 10.931/04, art. 2º, parág. 3º, e art. 1º, parág. 7º c.c. o artigo 762, III, do Código Civil).

Outrossim, não é esta a via adequada para se obter a revisão das cláusulas ainda mais considerando que se trata de ação, exclusivamente possessória.

Também não há como acolher a tese de valor excessivo das parcelas, pois o autor tinha conhecimento das cláusulas contratuais quando assinou o instrumento, devendo submeter-se ao pactuado, em atenção ao princípio do *pacta sunt servanda*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assim, por ter natureza reipersecutória, inviável os pedidos contrapostos de restituição de valores, nulidade das cláusulas contratuais e revisão do contrato, feitos no corpo da contestação.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da autora, BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, assim como sua posse plena e exclusiva.

Arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios de R\$ 678,00. Na oportunidade, defiro-lhe os benefícios da justiça gratuita, devendo ser observado o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P. R. I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2013.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito